

Psicodélicos, saúde e política: a experiência da Associação Psicodélica do Brasil

Autor: Fernando Rocha Beserra

Bom dia a todas e todos. Me chamo Fernando Beserra, sou psicólogo, professor de psicologia; mestre em psicologia clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde desenvolvi minha pesquisa acerca da experiência de estudantes na interação com um conjunto de obras de Alex Grey e doutorando em psicologia clínica, pela mesma faculdade, onde atualmente estudo o impacto das ações de redução de danos em festas, nas pessoas que passaram por estes equipamentos de saúde. Além disso, sou o atual coordenador de Associação Psicodélica do Brasil, grupo que tive o privilégio de ser um dos membros fundadores e do qual falarei um pouco para vocês nesta apresentação. Sou também integrante do Núcleo de Estudos Interdisciplinar sobre Psicoativos.

Passamos do cinquentenário do primeiro *Summer of Love*. A explosão psicodélica perpassou os *beats*, os hippies e outras cenas alternativas, assim como marcou sua presença em parte da cultura em torno da música eletrônica, a exemplo do trance. As políticas de drogas orientadas pela *War on Drugs*, isto é, repressão e controle das resistências culturais, atacaram – por meio da criminalização – estes diferentes movimentos. Como consequência, dentre outros, foram favorecidas: a criação de novas substâncias, colocadas no mercado sem estudo prévio, na busca de burlar o sistema de controle; uma história de constante criação de *settings* negativos, favorecedores de *bad trips* (RODRIGUES; BESERRA, 2015); encarceramento e inúmeras violações dos direitos humanos (KREBS, 2015) e da liberdade cognitiva; e a restrição radical das pesquisas e tratamentos psicoterapêuticos com substâncias psicodélicas, negando a pessoas em sofrimento alternativas terapêuticas para o tratamento de transtornos mentais; cuidados paliativos, dentre outros.

As perseguições, é preciso ressaltar, não foram devido aos abusos e potenciais de dependência das substâncias psicodélicas, mas eminentemente tiveram um viés político de perseguição de grupos insatisfeitos com as políticas de guerra; consumismo exacerbado e controle cultural. Mesmo que algumas experiências de resistência tenham mantido viva as culturas psicodélicas, pode-se perguntar, no cenário contemporâneo, acerca do que pesquisadores dos psicodélicos denominam renascimento psicodélico; reforma enteogênica (OTT, 2004; ROBERTS, 2016) e o renascimento arcaico (MCKENNA, 1995). A reforma enteogênica, de acordo com Jonathan Ott, seria a reconexão do ser humano com uma herança cultural: o nexos com a tradição espiritual da experiência direta com o divino (OTT, 2004;

PIÑEIRO, 2000). Parece, além disso, que a revolução psicodélica em curso não se limita a experiência da religiosidade, mas encampa batalhas no campo da saúde; da cultura e da política. Quais os criativos caminhos que produzimos? Estaremos promovendo transformações no campo cultural; científico; político? Conseguimos ou buscamos, efetivamente, aproximar estes campos?

No caso do Brasil, em particular, o país se mantém fielmente signatário ao paradigma proibicionista, não apenas no que concerne a sua lei de droga, Lei 11.343 de 2006, mas igualmente nas resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), órgão regulador do Ministério da Saúde, que nos últimos anos relegou dezenas de substâncias psicodélicas à proscrição: onze substâncias do grupo 25x-NBOMe (2014); salvinorina A e a planta *Salvia divinorum* (2012); a metilona (2014); o LSA (2012) e sete substâncias do grupo 2Cx (2014), além de mais algumas proibições recentes. De forma distinta do movimento cannábico, não havia no Brasil até recentemente, a despeito das lutas que culminaram no incontestável avanço da regulação da ayahuasca para uso religioso, um movimento organizado para contrapor a proibição ampla dos psicodélicos e lutar pela legalização destas substâncias.

No ano de 2012 o jornalista Bruno Tortura organizou o primeiro Bloco Psicodélico na Marcha da Maconha (*Global Marijuana March*) na cidade de São Paulo. A partir do ano de 2013, há o encontro dos militantes do campo antiproibicionista, os psicólogos Fernando Beserra, eu, e Sandro Rodrigues, na Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (FEDDH-RJ). Ambos eram pesquisadores e militantes ligados ao campo das substâncias psicodélicas. Desta forma, articularam em março de 2014 uma “Oficina de redução de danos sobre psicodélicos” em uma casa autogerida: a Casa Nuvem. A historiadora, militante feminista e antiproibicionista, Thamires Sarti, que acompanhou o movimento de São Paulo, fomentou a ideia da Ala Psicodélica no Rio de Janeiro, o que gerou entusiasmo na Oficina de redução de danos. Em pouco tempo foram iniciadas as reuniões públicas para construir a primeira Ala Psicodélica da Marcha da Maconha do Rio de Janeiro. No dia 10 de maio de 2014 ocorreu a Marcha da Maconha, já com a presença da Ala Psicodélica. Com o grupo em formação foi organizado o 1º Seminário sobre Psicodélicos do Rio de Janeiro, em novembro de 2014, no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), que contou com uma mesa sobre redução de danos e uma sobre psicodélicos e política de drogas.

Finalmente, influenciados pela experiência do MAPS, das *Psychedelic Societies*, dentre outros importantes grupos, a Associação Psicodélica do Brasil (APB) nasceu em 2015 no Rio de Janeiro, após as ações desenvolvidas nos anos de 2014 e 2015 por este grupo de militantes. Já haviam pessoas de outros Estados do Brasil ligados à Associação, em especial de São Paulo

e, posteriormente, do Maranhão, Minas Gerais, Goiás e Bahia. Apesar do avanço da Associação Psicodélica em tão curto prazo, as reuniões semanais da Associação acontecem apenas no grupo do Rio de Janeiro. O grupo atualmente foca em algumas grandes questões: Promoção de ações de redução de riscos e danos em contexto de festa; Promoção de micro e macro políticas sobre as substâncias e práticas psicodélicas com base antiproibicionista, pró-regulação e pró-redução de riscos e danos; Defesa da garantia e a regulação dos usos terapêuticos das substâncias psicodélicas; Defesa da garantia do uso social de substâncias psicodélicas, dentre outros marcos para consecução de suas finalidades.

Com a divulgação dos blocos e alas psicodélicas, os mesmos ocorreram em algumas cidades além do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, como em Recife no ano de 2016, na Marcha da Maconha que ocorreu durante a realização do 1º Encontro Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas (ENCAA). Houve continuidade e ampliação relativa para outros Estados em 2015, 2016 e 2017. A produção das Alas Psicodélicas tem envolvido o debate interno na organização da Marcha da Maconha, em conjunto com outras Alas e Blocos, que fomentam o olhar antiproibicionista e a crítica ao chauvinismo farmacológico. No Brasil tornou-se uma experiência comum a emergência das Alas Feministas na Marcha da Maconha, bem como Alas conectadas a debates de orientação sexual, do movimento negro e mesmo da reforma da saúde mental brasileira, aliada a luta antimanicomial. A atual construção de um modelo plural nas Marchas foi fruto de diversas tensões ocorridas e pela presença e posicionamento daqueles que Ingrid Farias (2017) denominou de perturbadores. Ingrid compõe a ideia dos perturbadores: as pessoas que usam drogas e são vulnerabilizadas pela guerra às drogas; no campo da Marcha da Maconha um dos grupos seriam os antiproibicionistas que: “ampliam a discussão na marcha para o genocídio do povo negro, encarceramento, feminismo e legalização de todas as drogas”. Muito destes perturbadores também desconstruem certo chauvinismo farmacológico entre um conjunto de cannabífilos. Ben Sessa (2017) escreveu acerca da importância da diversidade na sociedade e de seu avanço na política de drogas. Hoje, inclusive na comunidade psicodélica, a história foi escrita, predominantemente, por homens brancos de classe média, majoritariamente europeus e estadunidenses. É preciso mudar este panorama e que tenhamos mais vozes e diversidade em nossa comunidade psicodélica.

Os pesquisadores brasileiros têm participado ativamente do novo Renascimento Psicodélico. As pesquisas relacionadas à ayahuasca (LABATE; ROSE; SANTOS, 2009); as experiências religiosas com psicodélicos; as investigações em ciências humanas e sociais, os estudos biológicos (DAKIC, 2016) e mesmo de uso terapêutico de substâncias psicodélicas (PALHANO-FONTES et al., 2017; SHENBERG et al., 2016), são alguns exemplos, dentre

muitos que poderíamos enumerar. Há, inclusive, muitos brasileiros neste congresso. Neste interim, enquanto Associação Psicodélica, julgamos fundamental que possamos construir pontes com a comunidade internacional no campo da política de drogas, de forma a denunciar as violências engendradas pelo sistema de proibição e confrontá-lo.

No campo da saúde pública, a política de proibição dos psicodélicos resulta na ausência de regulação sanitária, que tem causado usos desavisados de substâncias, em especial das substâncias sintéticas e semissintéticas, e amplo processo de adulteração. A polícia técnico-científica de São Paulo, entre 2011 e 2012, realizou a avaliação por cromatografia gasosa e espectrometria de massa (GC-MS) em comprimidos de ecstasy apreendidos. Dos comprimidos avaliados apenas 44,7% continham MDMA, enquanto 22% continuam metanfetamina (TOGNI et al., 2014). Por este motivo, há a necessidade de realizar a testagem das substâncias como estratégias de redução de riscos e danos. Na Holanda, no início da década de 1990, surgiu o DIMS (*Drug Information Monitoring System*), ligado ao Ministério da Saúde, que realizava diversos serviços, dentre os quais a análise de drogas e a disseminação de informações acerca de efeitos e riscos do consumo de substâncias (MARTINS; VALENTE; PIRES, 2015). Outros projetos surgiram, como o Eve & Rave (Alemanha); Techno Plus (França); Energy Control (Espanha), entre outros. Em Portugal, o grupo Check-in realiza análise com cromatografia de camada fina (TLC).

O uso de adulterantes ou substituintes busca produzir efeito similar, sendo que tais substâncias apresentam:

[...] na maioria das vezes, toxicidade desconhecida ou bem mais alta que a das substâncias que imitam (MEYER, 2013). Atualmente, “a disponibilização de um serviço de análise de substâncias psicoativas ilícitas – *drug checking* – impõe-se como uma estratégia crucial de redução de riscos e minimização de danos” (MARTINS; VALENTE; PIRES, 2015, p. 646). (RODRIGUES et al, 2017, p.43)

Para promover a atenção ao uso prejudicial de substâncias psicodélicas, a Associação Psicodélica do Brasil construiu ações de redução de riscos e danos (RD) em festas e eventos. Em 2017 deu nome ao seu projeto de redução de danos: Projeto Brisa. Articulou as abordagens de redução de danos de acolhimento a experiências psicodélicas intensas às ações de *drug chekin* e informação sobre substâncias. Os resultados catalogados do *drug chekin*, conduzidos com um protocolo no uso de reagentes colorimétricos, indicam o disposto no slide:

Substância esperada	Quantidade testada	Presunção	Quantidade	Percentual
		2CB	02	2%
		Anfetamina	01	1%
		Metanfetamina	01	1%

MDMA	86	Metilona/sais de banho	23	27%
		MDxx	48	56%
		PMA / PMMA	01	1%
		Inconclusivo	05	6%
		Sem reação	05	6%

Substância esperada	Quantidade testada	Presunção	Quantidade	Percentual
LSD	63	Contém triptamina	27	43%
		Não contém triptamina	34	54%
		Inconclusivo	02	3%

Substância esperada	Quantidade testada	Presunção	Quantidade	Percentual
Changa / DMT	01	Contém triptamina / DMT	01	100%

Pode-se observar que, no caso de suposto LSD, houve predominância de substâncias adulteradas, com indicação de alguns tipos de 25x-NBOMe, substância com riscos fisiológicos muito superiores aos do LSD. No caso de suposto MDMA, em comprimido ou em cristais ou pó, houve grande quantidade (27%) de catinonas sintéticas, como butilona ou metilona.

Apesar da importância do uso dos reagentes colorimétricos em ações de redução de riscos e danos, como o marquis, mandelin, ehrlich, simon, etc., é importante destacar os limites desta atuação. Trata-se de uma avaliação presuntiva (NIJ, 2010); os testes não identificam o grau de pureza e concentração dos fármacos; outrossim, os testes colorimétricos não são capazes de separar diferentes substâncias presentes em uma mesma amostra com clareza. Desta forma, o projeto Brisa iniciou a utilização de cromatografia de camada delgada (TLC) e está desenvolvendo esta tecnologia de forma a torna-la financeiramente viável. Além disso, busca aproximar-se de outros projetos, como o Farmacanábis, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com fins de conseguir realizar um conjunto de testagens por métodos cromatográficos mais fidedignos. Uma das ações que são consideradas fundamentais é a ampliação da rede de redutores de danos e o do debate acerca deste tema, de forma que um coletivo mais antigo, o Coletivo ResPire de São Paulo, foi convidado para ministrar um treinamento em redução de danos em festas, convocado pela Associação Psicodélica no Rio de Janeiro.

No Brasil, a política atenção integral a usuários de álcool ou outras drogas, do Ministério da Saúde, é datada de 2003 e tem a redução de danos como marco. Apesar disso, alguns grupos brasileiros de redução de danos têm receio de realizar abertamente a testagem de substâncias, que não é claramente regulada no Brasil. A redução de danos em festas no Brasil foi iniciada com pelo

Coletivo Balance, no ano de 2006, com ajuda dos organizadores de um Festival, do GIESP e do CETAD da UFBA. Já nestas ações foram realizadas testagens colorimétricas no Brasil. Uma pesquisadora e redutora de danos, Stella Almeida, ao levar o material da ação de redução de danos em festas para uma parada LGBT, chegou a ser criminalizada por apologia às drogas por um promotor público e sua bolsa de doutorado foi suspensa (COUTINHO, 2014). No início da redução de danos no Brasil, em 1989, na cidade de Santos. Na época, entretanto, o Ministério Público de São Paulo entrou com ações cíveis e criminais contra os formuladores do programa e a prefeitura da Santos, com a alegação de estímulo ao consumo de drogas (FONSECA, 2005).

Dentre outras ações, se destacam articulações nas quais a Associação Psicodélica tem se mantido presente, em especial com o movimento canábico e com grupos que articulam o tema da política de drogas, como a Plataforma Brasileira de Política de Drogas e o Núcleo de Estudos Interdisciplinar sobre Psicoativos, o NEIP. De acordo com Delmanto (2013), o movimento antiproibicionista brasileiro, que surgiu na década de 1980, se consolidou com a Marcha da Maconha. A Associação Psicodélica do Brasil tem participado nos últimos anos do Dia Nacional da Maconha Medicinal, apresentando o uso psicoterapêutico de diferentes substâncias psicodélicas. Em 2017, escolhemos a psilocibina, para que pudéssemos dialogar com o público mais amplo sobre o uso dos cogumelos e seus princípios ativos no tratamento de alguns transtornos mentais e do comportamento. O diálogo com o público geral ainda é difícil e muitas vezes o foco são as pessoas que já se familiarizaram com debates internos no campo das drogas. Participamos em 2016 e 2017 de um grande evento canábico brasileiro, o Pot in Rio e criamos em 2015 a cartilha Psicodélicos e Direitos Humanos, na busca de fomentar este debate e articulação política.

O intuito de trazer aqui algumas das ações desenvolvidas pela Associação Psicodélica do Brasil ultrapassa o interesse de divulga-las. Trata-se, além disso, de aqui, entre nós, podermos refletir sobre os modelos de atuação política relacionado ao campo dos psicodélicos.

Jonathan Ott (2004) chega a falar que vê os enteógenos como “anticorpos do ecossistema contra o câncer do materialismo”. A cultura psicodélica, e com ela o conjunto de usos terapêuticos, recebeu uma profunda projeção da sombra ao longo da campanha proibicionista e da internacionalização da proibição. A alteridade; a diversidade; são processos fundamentais aos regimes democráticos e, na psicologia complexa, ao processo de individuação de cada um de nós. Observar e integrar nossas sombras, dialogar com aquilo que foi negligenciado, reprimido ou estigmatizado, pode ser fundamental para que possamos ampliar nossa consciência e desenvolver nossa singularidade: tanto no nível individual, quanto no coletivo. O aumento da desigualdade; da intolerância; da arrogância científica; todos estes

nos afastam da integração possível. Se os psicodélicos não são simplesmente anticorpos contra o materialismo, talvez possam estar articulados, com a cultura que construímos em conjunto, da superação do individualismo e da constelação do arquétipo da alteridade; da diversidade na unidade.

Cabe destacar a importância que damos a articulação entre diferentes frentes do campo psicodélico e da política de drogas. Com esta forma de organização, possibilitamos que a ação de redução de danos não seja alienada do debate sobre política de drogas; que o debate sobre legalização não ocorra sem um olhar da saúde; que o debate de saúde não ocorra limitado a um neo-positivismo biomédico. Não se trata apenas ou simplesmente de regular ou não regular, mas também de qual regulação nós queremos. Se trata de não deixar na sombra o uso cultural de psicodélicos, enquanto se avança no debate terapêutico... Se trata, com efeito, da produção de uma nova sociedade.

Terence McKenna (1995) defendeu a descriminalização do uso de substâncias e, no caso dos psicodélicos, que neo-xamãs, i.é, psicoterapeutas treinados pudessem manejar as substâncias psicodélicas de forma a manter viva tradições fundamentais ao desenvolvimento das pessoas e da cultura humana. Timothy Leary (1998), em *Politics of Ecstasy*, defendeu que as pessoas poderiam ser licenciadas e, a partir disso, terem acesso aos psicodélicos, após um treinamento por pessoas que tivessem um profundo conhecimento das substâncias psicodélicas. Em outro momento (1995) defendeu, claramente, a regulação da produção e do comércio de psicodélicos. Com o avanço do debate antiproibicionista e da redução de riscos e danos, pode-se indagar se não podemos aprofundar nossas alternativas: questões que cada vez mais se colocam no centro do debate da política sobre drogas. Como regular a produção, o comércio e o consumo de substâncias psicodélicas, de forma a não limitar a regulação aos usos religiosos e médicos, ou melhor, psicoterapêutico, dos psicodélicos? Em vários debates na Associação Psicodélica do Brasil levantamos um problema nesta lógica: será que uma regulação do uso terapêutico e do uso religioso não deixaria um enorme lastro de pessoas estigmatizadas, criminalizadas e patologizadas por seus usos sociais de substâncias psicodélicas? Muitas vezes, inclusive, foram estas pessoas: hippies, integrantes da cena de música eletrônica, psiconautas, que mantiveram vivo o debate filosófico e existencial em torno destas substâncias. Os afetos e paixões do encontro com as realidades não ordinárias. É um dever ético-político atentar-se a esta questão e unificar as diferentes lutas, de forma que possamos entoar, como feito na *Global Marijuana March* no Brasil: ligue-se, sintonize-se e legalize!

Referências

COUTINHO, T. Redução de danos (palestra) In: **Primeiro Seminário sobre Psicodélicos do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2014.

FARIAS, I. 2017. A transição de poder na política de drogas brasileira influenciada pelas mulheres. **Alma Preta** (site). Acesso em 14 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/a-transicao-de-poder-na-politica-de-drogas-brasileira-influenciada-pelas-mulheres>>.

FONSECA, E. M. de. **Política de redução de danos ao uso de drogas: o contexto internacional e a análise preliminar**. Dissertação. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2005.

KREBS, T. S. Protecting the human rights of people who use psychedelics. **The Lancet**, v 2. 2015. Acesso em: 21 jan. 2018. Disponível em: <[http://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366\(15\)00084-X/abstract](http://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366(15)00084-X/abstract)>.

LABATE, B.; ROSE, I. S. de.; SANTOS, R. G. dos. **Ayahuasca religions: a comprehensive bibliography & critical essays**. Santa Cruz, CA: MAPS, 2009.

LEARY, T. **Politics of ecstasy**. California: Roning Publishing, 1998.

LEARY, T. **Flashbacks “surfando no caos”**: a história pessoal e cultural de uma era. São Paulo: Beca, 1999.

MCKENNA, T. K. **O retorno à cultura arcaica**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

MCKENNA, T. K. **Alimento dos deuses**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

OTT, J.; PIÑEIRO, J. Jonathan Ott (entrevista) In: **Psiconautas: exploradores de la consciência**. La Liebre de Marzo, 2000.

PALHANO-FONTES, F. et al. Rapid antidepressant effects of psychedelic ayahuasca in treatment-resistant depression: a randomised placebo-controlled trial. **BioRxiv**. Jan. 2017. Acesso em 19 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.biorxiv.org/content/early/2017/01/27/103531>>.

ROBERTS, T. B. The entheogenic reformation. **The Journal of Transpersonal Psychology**, 2016, v. 48, nº. 1. Acesso em: 21 jan. 2018. Disponível em: <<http://atpweb.org/jtparchive/trps-48-16-01-26.pdf>>.

RODRIGUES, S. E. et al. Redução de danos e substâncias psicodélicas: construindo ações e debates. **Platô**, v. 1, nº 1. 2017. Disponível em: <<http://pbpd.org.br/edital/>>.

RODRIGUES, S. E.; BESERRA, F. R. Drogas pesadas em discussão no Primeiro Seminário sobre Psicodélicos do Rio de Janeiro. **Argumentum**. v. 7, n. 1, 2015. Acesso em 18 dez. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/9053>>.